

## 2.4.2 Sítios Arqueológicos e Históricos Locais

### 2.4.2.1 Introdução

O presente relatório apresenta os resultados obtidos para o diagnóstico arqueológico elaborado para integrar o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra, estado do Espírito Santo.

A área de abrangência para a pesquisa arqueológica considerou, além dos limites da APA, os dados secundários disponíveis para os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, para fins de contextualização.

O diagnóstico arqueológico segue o escopo determinado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para essa fase da pesquisa, assim como o Termo de Referência apresentado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). Sua realização foi comunicada ao IPHAN, através do Ofício Rhea 079\_2012, protocolado em 09 de agosto de 2012 (**Anexo VI**).

De acordo com a legislação vigente, os sítios arqueológicos são Patrimônio da União e sua proteção é estendida mesmo aqueles ainda desconhecidos. A proteção aos sítios arqueológicos está estabelecida na Lei Nº 3924, de 26/07/1961. A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, dispõe sobre a proteção aos sítios arqueológicos, e o papel de Estados e Municípios em sua conservação.

A Lei Nº 9605, de 30/03/1998, Seção IV dispõe sobre os crimes contra o patrimônio cultural. O escopo das pesquisas arqueológicas de acordo com a fase em que se encontra é indicado na portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Nº 230, de 17/12/2002. Definida para processos de licenciamento ambiental, segue-se aqui o escopo indicado para a fase de "Diagnóstico".

Um dos aspectos a serem considerados em uma Unidade de Conservação é a de proteção do patrimônio arqueológico. Dessa forma, devem ser realizados os estudos necessários à identificação desse patrimônio, o que não se encerra na fase de diagnóstico. Como na fase atual da pesquisa não foi prevista interferência direta na área com a realização de prospecções, não foi solicitada autorização de pesquisa ao IPHAN, o que obrigatoriamente deverá ser feito para a fase subsequente, caso prospecções sejam executadas.

Para a fase atual do trabalho é esperada a caracterização arqueológica da área em estudo, indicando os locais com sítios arqueológicos já identificados, e definindo as ações necessárias para proteção dos mesmos e daqueles ainda não registrados.

### **2.4.2.2 Metodologia**

De acordo com o estabelecido no Termo de Referência do IEMA, foi considerado para esse trabalho o escopo estabelecido para a fase inicial da pesquisa arqueológica, conforme o definido para a etapa de “diagnóstico” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Para o diagnóstico arqueológico, o IPHAN indica em sua Portaria nº 230 a realização de levantamento de dados secundários, vistoria de campo preliminar e a indicação de programas complementares.

#### **2.4.2.2.1 Levantamento de dados secundários**

Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico referente à pré-história e aspectos etno-históricos da área, procurando-se formar um panorama do conhecimento atual para a região e visando subsidiar a identificação de sítios arqueológicos na área da APA. Foram consultadas publicações, relatórios de pesquisas, registros no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN e realizadas entrevistas com moradores da região.

#### **2.4.2.2.2 Reconhecimento de campo**

A área da APA foi percorrida de forma extensiva, buscando-se um reconhecimento geral. Em diversos pontos, distribuídos espacialmente a partir dos acessos possíveis na fase atual da pesquisa foram realizadas observações de superfície e sub-superfície em locais em que esta se encontra exposta por ações naturais ou antrópicas.

Procurou-se identificar possíveis sítios arqueológicos a partir de informações obtidas nas entrevistas realizadas, áreas potencialmente propícias à habitação e possíveis fontes de matéria prima, além de avaliar as condições da área para ocorrência de novos sítios e as condições de conservação dos mesmos (**Foto 2.4.2.2-1**)



**Foto 2.4.2.2-1** - *Vistoria efetuada em barranco na área de dunas.*

### 2.4.2.3 Resultados

#### 2.4.2.3.1 Levantamento de dados secundários

As pesquisas arqueológicas realizadas no litoral norte do Espírito Santo mostram a diversidade cultural dos grupos humanos que habitaram a região, com 160 sítios registrados nos municípios abordados.

O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN registra noventa e dois (92) sítios arqueológicos no município de São Mateus. Além desses, há ao menos dezessete (17) outros sítios arqueológicos mencionados em relatórios técnicos consultados, ainda não inseridos no cadastro do IPHAN, totalizando cerca de cento e nove (109) sítios conhecidos no município estudado. Para o município de Conceição da Barra, o CNSA registra cinquenta e um sítios (51), o mesmo número que nos relatórios consultados.

Esses sítios correspondem em sua maioria a sítios cerâmicos, geralmente localizados próximos ao litoral, alguns deles associados às tradições Tupiguarani, Aratu e possivelmente Una. Há também sítios líticos e sambaquis mencionados, além de sítios do período de contato e históricos.

Os estudos realizados remontam a década de 40, quando Neves (1943) registrou um sítio cerâmico Tupiguarani no município de Conceição da Barra. Adam Orssich (1981), em diversas viagens realizadas pelo Espírito Santo na década de 60, relatou a existência de vários sítios na região norte do Estado, como em São Mateus, Itaúnas e Conceição da Barra, destacando aqueles relacionados à Tradição Tupiguarani.

Celso Perota, pesquisador de intensa atividade no Estado do Espírito Santo desde a década de 60, registrou vários sítios. Em São Mateus, esse pesquisador indica a existência de sambaquis próximos à foz do Mariricu. No médio Rio São Mateus, há dois sítios cerâmicos, porém já no município de Boa Esperança. Em Conceição da Barra, registram diversos sítios em Itaúnas, relacionados à tradições ceramistas e pré-ceramistas (Perota, 1971b).

A partir das informações inicialmente registradas por Perota, Wüst (Simbios, 2000), encontra diversos outros sítios na região de Itaúnas, ao realizar estudos para o Parque Estadual localizado nesse distrito.

A partir da década de 90, diversos levantamentos arqueológicos foram realizados no litoral norte do Espírito Santo, em cumprimento da legislação federal para licenciamento de atividades causadoras de impacto ambiental. Várias prospecções arqueológicas foram realizadas na região costeira, principalmente entre as duas bacias dos rios Doce e São Mateus relacionadas especificamente aos empreendimentos petrolíferos. Nem todos os projetos resultaram na identificação de sítios arqueológicos, mas vários sítios foram registrados nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra (Bourscheid, 2005; Caldarelli, 2002; Fundação Seridó, 2006; Machado, 2009 e 2010; Perota, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011; Perota e Teixeira, 1999; Teixeira, 2003, 2006 e 2009).

Pesquisas realizadas para certificação florestal identificaram diversos sítios arqueológicos nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, que foram delimitados e protegidos para pesquisas arqueológicas futuras (Machado, 2005, 2007 e 2008a). Também foi realizada pesquisa arqueológica em busca de elementos que pudessem corroborar a existência de um

quilombo em Linharinho, onde foram verificados vestígios do período histórico, mas não necessariamente associados a esse grupo (Machado, 2008b).

A grande quantidade de pesquisas efetuadas e sítios arqueológicos registrados não se traduz, necessariamente, em um conhecimento aprofundado sobre a arqueologia da região. Ainda que o avanço tenha sido grande, a maior parte das pesquisas efetuadas se encerra com a localização do sítio arqueológico, sem estudos aprofundados sobre este. Cabe ressaltar que tal panorama é comum ao restante do estado, onde as pesquisas arqueológicas são maciçamente vinculadas a procedimentos de licenciamento ambiental.

Os dados disponíveis, entretanto, permitem traçar um panorama geral para a ocupação pré-histórica na região estudada, a partir das tradições arqueológicas definidas. É possível que o aprofundamento das pesquisas na região venha a modificar esse quadro, identificando novas culturas.

#### **2.4.2.3.2 Contexto Arqueológico**

A região litorânea do Espírito Santo inclui locais privilegiados para o assentamento humano, devido à variedade de recursos oferecidos pelos grandes rios que a cortam, o mar, mangues, restingas e áreas de mata. O mar e os rios também proporcionam facilidade de deslocamento, sendo as melhores formas de acesso até um passado relativamente recente - final do século XIX.

Os sítios arqueológicos encontrados muitas vezes possuem vínculos culturais que permitem seu agrupamento a *tradições arqueológicas*, ou seja, grandes unidades culturais existentes em um determinado espaço geográfico que perdura por um determinado intervalo de tempo. Essas tradições podem estar sub-divididas em *fases*, onde são identificadas características específicas daquela tradição em uma época e/ou região mais restrita.

As tradições arqueológicas registradas na região estudada do Espírito Santo foram identificadas por Perota na década de 60, baseado em suas próprias pesquisas e de outros pesquisadores. Foram registrados sítios de caçadores-coletores pré-ceramistas, sambaquis e relacionados à Tradição Itaipu, sítios cerâmicos integrantes das tradições Aratu e Tupiguarani, além de sítios arqueológicos do período de contato com o colonizador, incorporando elementos da cultura européia. Diversos sítios registrados, entretanto, não estão relacionados a tradições, o que pode ser atribuído principalmente ao fato das pesquisas geralmente se limitarem às etapas iniciais.

#### **Caçadores-coletores do Litoral**

Há diversas informações disponíveis sobre sítios arqueológicos relacionados a grupos caçadores-coletores no Espírito Santo, estando situados geralmente na região costeira. Possivelmente pertencem a grupos culturais e períodos distintos, mas não havendo dados publicados sobre seu conteúdo cultural, são identificados genericamente como caçadores-coletores do litoral. Os dados existentes permitem agrupá-los em dois grupos, os sítios conhecidos como “*sambaquis*” e aqueles relacionados à *Tradição Itaipu*. Estudos adicionais, entretanto, são necessários para identificar outras divisões culturais, e mesmo se sítios identificados originalmente como “*sambaquis*” podem estar relacionados à Tradição Itaipu<sup>1</sup>.

(<sup>1</sup>) Teixeira (2002) refere a “acampamentos conchíferos”, cuja descrição se assemelha a sítios identificados por Perota como Tradição Itaipu.

Com o aquecimento global conhecido como “optimum climático”, por volta de 6.000 A.P.<sup>2</sup>, há um aumento na oferta de recursos marinhos, tornando-se um ambiente atraente para as populações pré-históricas. Deve ser lembrado que ocupações litorâneas anteriores a esse período são de difícil identificação, uma vez que os constantes avanços e recuos da linha de costa devido às mudanças de temperatura global poderiam destruir os sítios mais antigos, ou esses poderiam estar submersos.

O início da ocupação no litoral norte do Espírito Santo é estimado por volta de 5.000 A.P. (3.050 a.C.), quando se define o atual contorno do litoral (Perota e Assis; 1993; Perota, 1995). Sítios típicos desse período são os *sambaquis*, onde sobressaem grandes quantidades de carapaças de moluscos, indicando possivelmente uma economia de coletores especializados, mas que também fazem uso de outros recursos alimentares, como a pesca<sup>3</sup>. Ocorrem nas margens de rios e por toda costa litorânea, apresentando indústria lítica lascada (facas e raspadores) e polida (machados). Também são encontrados artefatos ósseos, como pontas de flecha e dentes perfurados (Perota, 1971b).

No norte do estado, Perota indica um sambaqui na foz do Rio Doce (Perota, 1974), e três sambaquis nas proximidades do rio Mariricu, braço do rio São Mateus, a 2 km da linha costeira atual (Perota, 1971b)<sup>4</sup>. O maior desses sambaquis possui 30X40 metros, e 3 metros de altura. Neles foi identificada grande quantidade de restos alimentares (malacológico e ósseo), sendo os artefatos exclusivamente líticos. Dentre eles, lâminas de machado em diabásio, polidas, semi-polidas e lascadas, e lascas em quartzo não retocadas, utilizadas como facas e raspadores (Perota, 1971b). Pesquisas no delta do rio Doce obtiveram datações para três sambaquis entre 2450 +- 200 a.C. e 430 +- 170 a.C.<sup>5</sup> (Suguio et alii, 1982; Simbios, 2000).

Caldarelli (2002) registra a informação de 3 possíveis sambaquis próximo a Guriri, perto do Rio Preto. Teixeira (Machado, 2008c) cita um sambaqui em Guriri - “Ranchinho”, e outro no rio Mariricu – “Ilha Preta 1”, que podem se referir a alguns dos sambaquis informados por Perota e Caldarelli.

É possível que alguns dos sambaquis mencionados sejam concheiros naturais, uma vez que nem em todos foram observados vestígios culturais. Outra possibilidade é que alguns desses sítios identificados como “sambaquis” estejam relacionados à Tradição Itaipu, pelas características indicadas. Apenas estudos adicionais intensos nos sítios poderiam esclarecer essas hipóteses.

Além dos sambaquis, ocorrem outros tipos de sítios de caçadores-coletores no litoral, onde não se verifica a grande concentração de carapaças de moluscos que caracterizam os sambaquis. Identificados como *Tradição Itaipu*, são caçadores-coletores de economia diversificada, sendo encontrados nos sítios maior quantidade de ossos de peixes e animais terrestres, além de moluscos.

Os sítios dessa tradição são definidos por Carvalho (1987) como de ocupação intensiva por macro-bandos, com ênfase na pesca e grande consumo de vegetais. A similaridade de certos artefatos, principalmente ósseo, parece sugerir uma herança dos grupos sambaquianos. Desse momento podem ser as primeiras evidências de uso da cerâmica no litoral.

<sup>(2)</sup> Antes do Presente, sendo estabelecido como referência para “presente” o ano de 1950.

<sup>(3)</sup> Os moluscos são os vestígios mais visíveis, mas não significa que fossem necessariamente predominantes na dieta, apenas que deixam mais resíduos em relação à pesca.

<sup>(4)</sup> Não foram encontrados esses registros de sambaquis nos arquivos do IPHAN consultados, não sendo obtidas suas coordenadas para localização em mapa.

<sup>(5)</sup> Antes de Cristo.

Nos sítios desse tipo registrados no Espírito Santo, são encontrados artefatos líticos lascados em quartzo (raspadores, perfuradores), polidos (machados), além de outros artefatos como batedores e pesos de rede. Ocorrem também artefatos ósseos, como pontas de projéteis e vértebras de peixe perfuradas (Perota, 1974).

No norte do estado, foi registrado um sítio sobre duna em Conceição da Barra, nas proximidades do rio Itaúnas, filiado à Tradição Itaipu (“ES-SM-02”) (**Foto 2.4.2.3-1**). Nele foram encontrados artefatos líticos como batedores, percutores e lascas de quartzo. Sua datação é estimada em 500 a. C. (Perota, 1971b). Também nesse município e relacionado a essa tradição, foi registrado o sítio “Ta-01”, entre dunas, com artefatos líticos em quartzo (Simbios, 2000).

Além desses, há sítios pré-cerâmicos, de caçadores-coletores, não associados à tradições. Os “acampamentos conchíferos” mencionados por Teixeira (2002) podem ou não estar associados à Tradição Itaipu, discussão essa além dos objetivos do presente trabalho. São citados 15 desses acampamentos, entre a foz do Cricaré e o Rio Doce, no Vale da Suruaca (baixo rio Barra Seca), dois em Guriri - “Areal 1” e “Areal 2”, e dois em Conceição da Barra - “Fazenda Furtado” e “Fazenda Morcego” (Teixeira, 2002; Machado, 2008c; CNSA).

Há também indicação de dois sítios com ocorrências apenas de lascas, sem menção a outros vestígios arqueológicos: o sítio “do Macaco 4”, onde foram encontradas lascas de quartzito em terraço arenoso da planície costeira (CNSA) e o pequeno abrigo rochoso “Cachoeira do Inferno II”, com lascas de quartzo (Perota, comunicação pessoal setembro 2010).



**Foto 2.4.2.3-1** - Sítio “ES-SM-02”, da Tradição Itaipu, sobre as Dunas de Itaúnas.

### ***Tradição Tupiguarani***

Tradição de agricultores ceramistas de ampla difusão no território brasileiro, relacionada etnograficamente aos índios do tronco lingüístico Tupi-Guarani. Na região sudeste, ocorre a *Sub-Tradição Pintada*, com decoração rica e formas variadas, destacando-se a pintura característica vermelha e/ou preta sobre fundo branco ou creme. Formavam assentamentos semi-permanentes, podendo manter acampamentos específicos para a exploração de um recurso (Carvalho, 1987).

No Espírito Santo, os sítios dessa tradição são encontrados desde a década de 40 (Neves, 1943; Ruschi, 1953; Orssich, 1981), com ampla ocorrência já registrada. Na área em estudo, foi registrada a Fase Cricaré.

Os sítios da Fase Cricaré ocorrem próximos às margens de rios, com grande concentração no vale do Rio Doce e médio Rio São Mateus no norte do Espírito Santo (Perota, 1971b e 1974). Localizam-se entre 100 e 1500 metros das margens dos rios, com dimensões de até 100X200 metros, sem indicação da profundidade do refugio arqueológico. Ocorre também material lítico, sendo mencionados afiadores, lascas de quartzo e machados polidos.

A cerâmica dessa fase é friável, temperada com quartzo, feldspato e raramente mica. Além dos fragmentos simples e da pintura policrômica característica em branco, vermelho e preto, ocorre também decoração plástica (corrugada, ungulada, incisa, escovada, entalhada e ponteadas). Ocorrem formas variadas, como tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas e peças de boca irregular.

Perota e Teixeira (1999) relacionam ao menos quatro sítios a essa tradição no norte do Espírito Santo, sendo possível que mais sítios estejam a ela relacionados. Desses sítios, dois estão localizados em Jaguaré (“Mosquito” e “Riozinho”) e dois em São Mateus (“Do Brás” e “Três Porteiras”). Wüst (Simbios, 2000) registra seis sítios dessa tradição no município de Conceição da Barra, próximos a Itaúnas (“Ri-02”, “Ri-03”, “Ar-01”, “RD-01”, “Bb-01” e “Bb-04”).

Teixeira (2006) informa três outros sítios em São Mateus com cerâmica policrômica, “Carvoaria”, “Manel de Luca” e “Taboa”. Não foram encontradas fichas de registro para o mesmo, sendo possível, pelas características da cerâmica, sua associação com a tradição Tupiguarani.

Caldarelli (2002) faz referência a vestígios arqueológicos encontrados em meados do século XX na “Fazenda dos Suíços”, em Sapê do Norte, próximo ao Rio Cricaré. Pelas informações levantadas com antigos moradores da região, essa fazenda era de propriedade da família Braga, ocupando grandes extensões de terras, atualmente propriedade da Fibria. Na mesma região, Neves (1943) registrou a ocorrência de cerâmica típica dessa tradição, além de lâminas de machado, na fazenda de Fridolino Braga, próximo ao Córrego da Sapucaia. Considerando a época aproximada desses dois relatos e a coincidência do sobrenome dos proprietários e da região, é provável tratar-se do mesmo sítio. Investigações adicionais revelaram que Fridolino Braga foi proprietário da área onde se insere a Fazenda dos Suíços, reforçando essa hipótese.

Ao investigar as informações de Caldarelli (2002) e Neves (1943), Machado (2007) localizou a sede da antiga fazenda em uma primeira investigação, mas não o local de ocorrência arqueológica. Continuando as pesquisas, identifica um extenso sítio Tupiguarani as margens da Lagoa Sapucaia (registrado com esse nome), concluindo posteriormente tratar-se

do sítio referido por esses pesquisadores pelas coincidências quanto a antigos proprietário e localização geográfica, atualmente no município de Conceição da Barra.

Durante essa pesquisa (Machado, 2007), outros sítios relacionados a essa tradição são identificados: um em Conceição da Barra próximo a comunidade de Linharinho (registrado com esse nome), e dois em São Mateus, próximos ao Córrego Jacarandá (registrado como “Córrego Jacarandá V”) e a localidade de São Jorge (registrado como “São Jorge II”). Em continuidade a esse estudo, é registrado posteriormente outro sítio possivelmente Tupiguarani em São Mateus, “Boa Esperança” (Machado, 2008a) (**Foto 2.4.2.3-2**).

Perota (2009a) identifica um sítio Tupiguarani denominado “Cachoeira do Inferno I”, durante diagnóstico para Pequena Central Hidrelétrica com esse nome. Esse sítio está no interior de São Mateus, já próximo à Nova Venécia.



**Foto 2.4.2.3-2** - Fragmentos cerâmicos com decoração policrômica típica Tupiguarani. Coleção da Casa de Cultura de São Mateus.

### **Tradição Aratu**

Tradição de agricultores ceramistas, encontrada ao longo de toda costa, desde a baía de Vitória (litoral central do Espírito Santo), até a foz do rio São Francisco, em Alagoas, ocorrendo também no interior (Perota, 1971a).

A Tradição Aratu é representada no litoral norte pelas fases Guarabu e Itaúnas. A fase Guarabu está representada por dois sítios habitações, localizados no curso médio do rio São Mateus, em elevações acentuadas não muito próximas dos rios. Possuem aproximadamente 200x70 metros, sem indicação de profundidade. O material arqueológico registrado é exclusivamente cerâmico, geralmente com formas piriformes, com bordas inclinadas para dentro, ligeiramente cambadas e arredondadas (**Foto 2.4.2.3-3**). É uma cerâmica compacta, temperada com areia e caco moído. Predominam os fragmentos simples, ocorrendo também fragmentos com engobo vermelho. Sua datação é estimada entre 800-1300 d.C. Perota

identifica a fase Guarabu do Espírito Santo com a Fase Aratu na Bahia. (Perota, 1971a e 1971b).

Os sítios da fase Itaúnas estendem-se pela faixa litorânea desde a baía de Vitória, no Espírito Santo, até o sul da Bahia. Ocorrem sempre perto de rios, principalmente, no norte do Espírito Santo, nos vales dos rios Reis Magos, Piraquê-açu, São Mateus, Itaúnas e Mucuri. Nessa região foram identificados 20 sítios, localizados em pequenas elevações entre 50 e 100 metros das margens de rios. Suas dimensões variam entre 30x30 metros e 200x100 metros, e refugio arqueológico com até 30 centímetros de espessura (Perota, 1971a).

Dentre o material arqueológico, ocorrem fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e ossos animais. Apresenta cerâmica acordelada simples, geralmente temperada com areia, ocorrendo diversos tipos de decoração plástica, como corrugado, unglado, inciso, pontado, entalhado, escovado, entre outros. Um traço marcante da decoração é aparecer somente em uma pequena porção junto às bordas. As formas são também diversificadas, geralmente urnas periformes, com bordas inclinadas para dentro, corpo globular com gargalo reto, esféricas e meia-calota. São também encontrados cachimbos tubulares, rodela de fuso, alças e taipa. Fragmentos pintados são considerados intrusivos da Tradição Tupiguarani (Perota, 1971a e 1971b).

Dentre os artefatos líticos, a maioria são batedores ou percutores utilizados sem preparo prévio, ocorrendo também lâminas de machado e lascas de quartzo. A indústria sobre ossos e conchas inclui buril, vértebras, dentes e conchas perfuradas (Perota, 1971a, 1971b e 1974). O Sítio ES-LI-nº 4, em Conceição da Barra, foi datado por Perota (1975) em 220±75 A.P. / A.D. 1730 (SI-834).

Wüst (Simbios, 2000) registra quatro sítios dessa tradição no município de Conceição da Barra, próximos a Itaúnas ("It-01", "It-03", "Bb-02" e "Bb-03"). Em São Mateus, foram escavados dois sítios relacionados à Tradição Aratu, o "RPO-01" (Caldarelli, 2004) e o Sítio dos Neves (Faccio, 2007).



**Foto 2.4.2.3-3 - Urna Aratu. Coleção da Casa de Cultura de São Mateus.**

### **Tradição Una**

Tradição dos mais antigos ceramistas do sudeste brasileiro, os sítios a ela relacionados são encontrados tanto no interior quanto no litoral. Possivelmente sejam grupos com maior grau de sedentarismo, já praticantes da horticultura (Carvalho, 1987).

Os sítios dessa tradição estão em abrigo sob rocha ou a céu aberto, em pequenas ocupações, com até 90 centímetros de profundidade. A cerâmica é acordelada, com bases modeladas, temperada com quartzo, hematita e mica. Cerâmica predominantemente simples, ocorrendo também vermelha e polida-estriada. A queima é oxidante incompleta, predominando a coloração preta ou marrom escura na superfície e núcleo dos fragmentos. Formas geralmente globulares, ocorrendo tigelas fundas e rasas, bordas na maioria diretas. A indústria óssea é representada por pontas de projétil e ossos cortados. A indústria lítica inclui batedores e lascas de quartzo, além de um raspador em calcedônia (Perota, 1974).

No Espírito Santo, é representada pela Fase Tangui, a mais recente dessa tradição, relacionada pelos dados etnográficos aos índios “Puri-Coroado”. Sítios dessa tradição são também registrados em abrigos no Alto Rio Doce, em Minas Gerais (Baeta *et alii*, 2008). Em São Mateus, há menção ao sítio “Ocorrência Barro Novo”, possivelmente relacionado a essa tradição pelos pesquisadores que o registraram (Fundação Seridó, 2006).

#### **2.4.2.3.3 Sítios Históricos**

Esses sítios arqueológicos se referem ao período após o contato com o colonizador europeu, quando há adoção de novos elementos culturais quanto a matérias prima, tecnologias e morfologias. Em muitos há o claro predomínio da cultura pós-colonial, às vezes contendo estruturas monumentais, como fortes, igrejas, etc.

Para esse período, Perota menciona a Tradição Neobrasileira, que possui influência européia principalmente quanto à morfologia. Foi estabelecida a Fase Moenda, representado por um sítio situado no vale do médio rio São Mateus, e dois no vale do rio Reis Magos. Os vestígios encontrados são cerâmica acordelada, temperada com quartzo, pasta bem alisada, coloração preta ou marrom. Formas variadas, arredondadas com bordas inclinadas para dentro, bojo carenado, globulares e pequenas tigelas com bordas inclinadas para fora. Ocorrência de bases planas. Ocorre também porcelana, cerâmica de torno, vitrificada e esmaltada, geralmente com pintura azul (Perota, 1971b).

Em Conceição da Barra, Wüst (Simbios, 2000) menciona seis sítios relacionados ao período histórico e de contato, ao menos um deles registrado anteriormente por Perota (“Ni-01”, “It-02”, “Ad-01”, “MX-01”, “Pe-01” e “Ri-01”). Teixeira (2002) informa sobre grande quantidade de sítios históricos encontrados no norte do Espírito Santo. Foram registrados por esse pesquisador os sítios de contato “do Meio”, “do Macaco 1”, “Água Preta”, “Beira Rio”, “D. Rosa”, “Fazenda Estância São Mateus”, “São Miguel” e “VWX” (Perota e Teixeira, 1999a).

Machado (2007, 2008b) também menciona sítios e locais de interesse histórico nos municípios de São Mateus, “São Jorge I”, “Fazenda São José”, “Fazenda Tabatinga”, “Irmãos Penha”, e Conceição da Barra, “Córrego Sapucaia”, “Fazenda Cantagalo” (**Foto 2.4.2.3-4**) e “Cemitério Linharinho”. Desse período, foi registrado pela Fundação Seridó (2006) a “Ocorrência São José”.



**Foto 2.4.2.3-4** - Fragmento de louça encontrado no sítio arqueológico Fazenda Cantagalo, onde também ocorrem fragmentos de cerâmica com características Aratu.

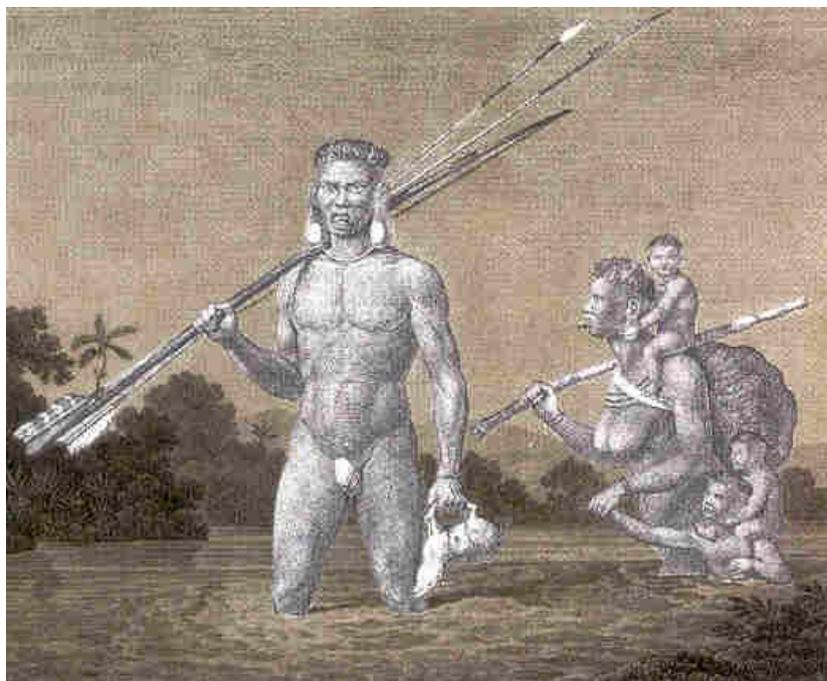
## 2.4.2.4 Contexto etno-histórico

### 2.4.2.4.1 Referências etnográficas

A presença indígena é registrada na região norte do Espírito Santo pelos antigos viajantes desde o século XVI, quando Jean de Lery cita a presença de índios Tupi no litoral. Um pouco mais para o interior, ao longo dos Rios Doce, São Mateus e Mucuri, são registrados a partir do século XVII, vários grupos indígenas, principalmente os pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, muitos deles denominado genericamente "Botocudo", em alusão aos discos auriculares labiais utilizados como distintivos étnicos por vários subgrupos. (Coutinho, 2002; Maximilliano, 1958; Nimuendaju, 1981; Saint-Hilaire, 1974).

Os Botocudo (**Figura 2.4.2.4-1**) (entre eles Gueren) eram também denominados Borun. No início do século XIX, ocupavam a área entre o Rio Doce e o Rio Pardo, um pouco afastados da costa, para onde ocasionalmente desciam através dos rios, como o São Mateus (Stewart, 1946). Os Botocudo são freqüentemente citados como selvagens, em constantes lutas com os brancos. Maximilliano (1958) e Coutinho (2002) citam a povoação de Santa Ana, "cerca de meia légua" acima de São Mateus, como local de residência de índios Botocudo, possivelmente civilizados.

Estes grupos, de caçadores-coletores e pescadores, transitavam pelas matas, desde o sul da Bahia, passando pelos vales do Mucuri, Jequitinhonha e Rio Doce. A vegetação de mata tropical nestes vales, ainda intacta, oferecia inúmeros recursos alimentares, além da rica fauna que habitava este ecossistema. Alguns grupos também praticavam a horticultura e uma agricultura incipiente.



**Figura 2.4.2.4-1** - Família de Botocudos, por Maximiliano (1816). Reproduzido de Teixeira R., 2002.

Dentre a cultura material, Hartt (1941) menciona arco e flecha como as armas dos botocudo, sendo as clavas raramente usadas. Nunca observou quaisquer utensílios de pedra, sendo seu principal instrumento de corte navalhas de bambu, além de facas de ferro. Fabricam também alguns ornamentos, e sacos feitos de fibras de diferentes plantas. Também registrou costumes funerários, sendo o corpo enterrado na imediata vizinhança do campo, ou mesmo na cabana. O corpo é enterrado em posição horizontal, algumas vezes com as mãos amarradas juntas, acendendo um fogo para afastar maus espíritos. Não há acompanhamentos funerários, e algumas vezes um abrigo de folhas de palmeira é construído sobre a sepultura. A existência de cerâmica foi negada por diversos viajantes, mas ao menos em tempos recentes fabricaram pequenos potes globulares.

Também há referências a grupos “Masakarí” (ou Machacali), Cumanacho e Pataxó, que habitariam as margens do rio São Mateus (principalmente a margem norte) e o litoral do extremo sul da Bahia. Os Mashacalí foram empurrados pelos botocudos em direção à costa, ocupando inicialmente o alto rio Mucuri, e depois se estabelecendo próximo a Caravelas (Stewart, 1946) (**Figura 2.4.2.4-2**).



#### 2.4.2.4.2 A colonização européia

Os rios Piraquê-açu, Doce e São Mateus deram origem a núcleos iniciais de colonização que se expandiram gradativamente, dando origem posteriormente a diversos municípios. A falta de estradas que interligassem os três vales fez com que essas sub-áreas ficassem isoladas, e que seu povoamento fosse diferenciado em seus momentos iniciais.

Com raras exceções de vilas litorâneas, a região norte só começou a ser penetrada a partir do final do século XIX, e, mais intensamente, no século XX, com contingente populacional predominante exógeno. Os municípios povoados a partir de Santa Cruz, desde meados do século XIX deram seqüência ao projeto iniciado, no centro do Estado, de colônias imperiais com imigrantes estrangeiros.

Até o início do século XIX, o homem branco ocupou apenas o litoral atlântico da região (Santa Cruz, Riacho, Barra de São Mateus<sup>6</sup> e São Mateus), ficando assim mesmo quilômetros e quilômetros de espaços vazios. As populações indígenas foram na maior partes dizimadas ou aculturadas (Borgo *et alii*, 1996).

As primeiras levas de europeus foram atraídas para a região norte do Espírito Santo através das entradas que utilizavam os Rios Doce, Cricaré e Mucuri como via de acesso a minerais preciosos para os quais havia notícias terra adentro. A descoberta de ouro se consolida no século XVIII, após diversas tentativas malogradas, dando início ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Para controlar o acesso ao ouro e evitar o contrabando, a Coroa portuguesa “*tomou medidas drásticas para garantir uma extensa região vazia e inacessível, formando um escudo geográfico protetor entre as minas e a costa*”. Em 1773, a circulação pelo Rio Doce, principal via de acesso na região, fica proibida, sendo criadas fortificações na costa, formando uma “barreira protetora”. Com a criação dessa “área proibida” no Espírito Santo, criou-se um refúgio seguro para as tribos bravias, especialmente os Botocudo, dificultando e atrasando ainda mais a colonização da região (Teixeira R., 2002).

O processo de ocupação do norte do Espírito Santo, dessa forma, se dá de maneira lenta, devido à ferocidade dos Botocudos, que atacavam fazendeiros e quartéis, e a própria falta de interesse da metrópole. A ocupação começa a se intensificar no século XIX, com a exaustão das minas de ouro, tornando-se desnecessário permitir que área tão grande ficasse “desocupada”. Para permitir a colonização, o genocídio indígena é acelerado, não só pelas práticas de captura e extermínio deliberado, como pela propagação de doenças até então desconhecidas dos índios, para as quais não tinham resistência. Novos fortes são criados para permitir o povoamento, entre eles o de Coutins, que deu origem á cidade de Linhares (Teixeira R., 2002).

A povoação de São Mateus foi fundada ainda no século XVI, por uma expedição com o intuito de afastar os indígenas, que chegou até a barra do rio Cricaré. Em 1596 o padre José de Anchieta visita o local mudando o nome do rio Cricaré para São Mateus, passando assim a localidade a denominar-se Barra de São Mateus.

No início do século XIX, quando da visita de Maximiliano (1958) a povoação chamada Barra de São Mateus era constituída de vinte e cinco casas. Coutinho (2002), em visita realizada em 1819, considera que a povoação de Barra parece ter “*mais de duzentas almas de*

<sup>6</sup> Barra de São Mateus corresponde atualmente a Conceição da Barra.

*todas as castas*”, porém “... não terá menos de quinhentas almas, contando a povoação de índios do Rio Santa Ana, ou São Domingos, a uma légua da barra, e outros moradores das margens do rio São Mateus até três léguas no sítio dos Bulhões” (Coutinho, 2002, pp.57 e 58). Em 1831 é instituída a paróquia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição. O município foi criado em 1891, com a denominação de Conceição da Barra.

Aproximadamente oito léguas rio acima, erguia-se a vila de São Mateus, considerada insalubre por Maximilliano (1958) devido aos pântanos vizinhos. Foi a segunda freguesia criada pelo padre Bartholomeu Simões Vieira, em 23 de março de 1751 (Assis, 1941). Em 1764, o povoado de São Mateus era formado por duas ruas e quatro travessas, quando é elevada a categoria de vila pelo Ouvidor de Porto Seguro, estando submetida à Capitania de Porto Seguro até janeiro de 1823. Através do empenho do Barão de Aymorés, São Mateus volta a pertencer ao Espírito Santo em 1809. O Porto de São Mateus recebe navios de diversos lugares, incluindo Rio de Janeiro e Porto Seguro, com fins comerciais (Nardoto e Oliveira, 1999). As fazendas cultivavam mandioca e produziam farinha, principais produtos exportados no século XVIII, além da cana-de-açúcar, do milho e do feijão, e a partir do século XIX, o café (Osório *et alii*, 1999). Maximilliano (1958, p.170) cita também a exportação de toras de madeira provenientes das florestas vizinhas, um dos principais produtos junto com a farinha, por volta de 1817.

No início do século XIX a vila tinha cerca de 100 casas, possuindo o distrito aproximadamente 3000 habitantes entre brancos e negros. As terras cultivadas se estendiam por apenas oito léguas rio acima, além da cidade de São Mateus, onde se localizava o Quartel Galveias, último posto militar estabelecido contra os índios “selvagens”. Cerca de meia légua rio acima, ficava a povoação de Santa Ana, ainda existente, formada por aproximadamente vinte famílias de índios (Maximiliano, 1958).

Maximilliano (1958, p.172) visita a Fazenda Itaúnas, pertencente ao ouvidor da Comarca de Porto Seguro, Marcelino da Cunha. Próximo à fazenda, ouve-se distante os tambores dos negros. Segundo esse autor,

*“Os escravos negros procuram conservar os costumes do seu país quanto lhes seja possível; assim, por exemplo, encontram-se entre eles todos os instrumentos de música referidos pelos viajantes da África, desempenhando o tambor papel predominante. Onde quer que muitos negros vivam juntos numa fazenda, celebram as suas festas, pintam-se e vestem-se à moda natal, e executam as danças nacionais.*”

Entre 1840 e 1870 são construídos imponentes sobrados na Vila de São Mateus, mostrando o poder econômico da elite local. Em 1862, existiam no município 250 fábricas de farinha e 50 engenhos (Nardoto e Oliveira, 1999). Apesar do corte de madeira ter sido importante fator econômico da região, a mandioca, que em outras regiões era cultivada unicamente para o consumo, era largamente plantada e sua farinha foi durante muito tempo o principal ramo da lavoura e do comércio de São Mateus (Borgo *et alii*, 1996).

Em 1888 começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos. Em 1890 é criado o município de São Mateus.

### 2.4.2.4.3 Comunidades Quilombolas

Há registro de atividade quilombola no Estado, em especial em sua porção norte (na região conhecida como Sapê do Norte), desde princípios do século XVIII. Deve ser ressaltado que a maior parte desse registro foi realizada a partir da tradição oral. Em 1852, o presidente da Província chegou a instituir uma guerrilha com o objetivo de combater quilombos.

Segundo Oliveira (2004), merece destaque o registro da intensa atividade quilombola nos arredores das cidades e povoados da região e suas articulações econômicas e sociais, desde a época do quilombo de Santana no século XIX, ao menos. Este quilombo produzia produtos alimentícios de alta qualidade, comercializados nos mercados locais, como Conceição da Barra e São Mateus, e também fora, como o Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que Maximiliano (1958) e Coutinho (2002), ao viajarem pela região no início do século XIX, não fazem referências a quilombos, se referindo a “Santa Ana” como uma localidade em que moravam famílias de índios.

Maciel de Aguiar (citado em Oliveira, 2004) mostra esta articulação entre quilombos na região do Sapê do Norte e a sociedade local e nacional:

*“Em meados do século XIX, Negro Rubério se aquilombou com um grupo de aproximadamente trinta negros de origem angolana nas terras de dona Rita Cunha (...). Ao tomar conhecimento que um de seus escravos de maior confiança havia se aquilombado em sua fazenda, “já conhecendo a inteligência daquele negro”, mandou-lhe, por portador, um pedido de acordo político e econômico. Negro Rubério, que era mestre de farinha, sabia que “a velha senhora” ia chamá-lo para uma conversa. Acertaram o encontro à beira do córrego das Moendas (...) Primeiro, dona Rita tentou convence-lo a mudar de idéia, seria um precedente perigoso para aceitar um quilombo dentro de suas terras, principalmente formado por seus escravos, liderados por um de seus homens de confiança, mas Negro Rubério afirmara que ela ganharia mais do que eles, pois em liberdade os negros podiam produzir muito mais farinha de mandioca, que seria inteiramente vendida a ela, mantendo assim o seu comércio de exportação, que era um dos maiores no Porto de São Mateus, cujo armazém vivia abarrotado de sacas para atender aos pedidos do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife.*”

Segundo a tradição oral relatada por Aguiar (citado em Oliveira, 2004), o quilombo de Sant’Anna, como ficou conhecido o quilombo do Negro Rubério, foi atacado por forças do governo apoiados pela elite local devido principalmente a notícia do planejamento de uma insurreição no dia de Nossa Senhora de Sant’Anna – 26 de julho de 1881, quando todos os negros seriam libertados. O quilombo ficava localizado onde hoje há um pequeno povoado, na antiga estrada de terra que liga São Mateus a Conceição da Barra, depois da ponte do rio São Domingos.

Em finais de século XIX, era grande a presença de negros no Espírito Santo. Em 1882, o estado somava 22.729 escravos registrados. Quando D. João Batista Corrêa Néri, bispo de Vitória, visita a região na virada do século, fazia pouco tempo que o líder quilombola Benedito Meia-Légua havia sido morto em uma tocaia policial nas matas do Angelim. Ele relata o culto da Cabula, praticado por grande quantidade de negros e mesmo por não negros nas matas do Sapê do Norte. É um indício da ocupação do território do Sapê do Norte por negros, sejam oriundos do desbaratamento do quilombo de Santana, e / ou da debandada dos latifúndios após o fim da escravidão. Destruído o quilombo, seus remanescentes deixam de ser ameaça à sociedade escravista, já em seus momentos finais. Sete anos após desbaratamento do

quilombo de Santana, é assinada a Lei Áurea; no ano seguinte é proclamada a república (Oliveira, 2004).

Percebe-se uma continuidade na ocupação negra na região do século XIX até a atualidade, uma vez que a memória dos membros das famílias antigas das comunidades negras da região retrocede até a época de seus bisavôs, algumas vezes dos pais destes, ou seja, aproximadamente à época da abolição da escravidão (Oliveira, 2004).

#### **2.4.2.4.4 Bens do Patrimônio Histórico Registrados**

O Conselho Estadual de Cultura - CEC, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, tombou alguns bens significativos relacionados à história e paisagem da região, não havendo bens edificados e paisagísticos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em São Mateus ou Conceição da Barra.

Em *São Mateus*, o *Núcleo Histórico* formado pelo conjunto de imóveis do século XIX na área do cais do porto é tombado pelo CEC desde 1976. Diversos outros imóveis, entretanto, são representativos da história do município (**Foto 2.4.2.4-1**).



**Foto 2.4.2.4-1 - Núcleo Histórico de São Mateus.**

Em *Conceição da Barra*, as *Dunas de Itaúnas* foram tombadas pelo CEC em 1986 como monumento paisagístico, abrigando também sítios arqueológicos históricos e pré - históricos. Várias edificações existentes, mesmo não tombadas, retratam a história do município. (**Foto 2.4.2.4-2**)



*Foto 2.4.2.4-2 - Casas antigas em Conceição da Barra.*

#### **2.4.2.5 Levantamento de campo**

Em campo foi realizada observação extensiva de forma oportunística, ou seja, buscou-se percorrer diferentes áreas da APA, considerando a distribuição espacial e acessos disponíveis. Foi possível o reconhecimento geral da área e o registro de novas informações que devem corresponder a sítios arqueológicos ainda não registrados. Os pontos de vistoria estão indicados no **Anexo VII**, e as coordenadas dos mesmos são informadas na **Tabela 2.4.2.5-1**.

A APA encontra-se na planície costeira, observando-se ambientes variados, apresentando diferentes condições de ocupação e disponibilidade de recursos. Na faixa costeira a leste, correspondente a parte norte da Ilha de Guriri, há poucas habitações atualmente, e possivelmente também em épocas pretéritas, uma vez que as condições ambientais deveriam ser semelhantes nos últimos 5.000 anos. O solo é arenoso, com poucas fontes de água potável, vegetação de restinga baixa junto à praia, tornando-se mais alta e fechada para o interior. Observam-se os cordões arenosos, marcadores das transgressões marinhas, que poderiam ter destruído sítios arqueológicos caso existentes antes do ótimo climático. Não foram encontrados moradores nas poucas casas encontradas, algumas das quais possivelmente de veraneio, para realização de entrevistas. Esse panorama foi observado entre os pontos de vistoria 1 e 5 (**Foto 2.4.2.5-1** e **Foto 2.4.2.5-2**)



**Foto 2.4.2.5-1** - Faixa costeira, com vegetação de restinga e cordões arenosos.



**Foto 2.4.2.5-2** - Porteira trancada em uma das poucas casas nessa área.

Esse cenário muda nas proximidades da foz do Rio Cricaré, onde há manguezal e a comunidade de Pontal do Sul, também conhecida como Boca da Barra. A família de Elizete Rodrigues Ferreira reside no local há pelo menos 50 anos, e nunca ouviu falar de possíveis vestígios arqueológicos. Sua irmã, Lucimara, informa que já ouviu falar de terem sido

encontrados pedaços de “louça de barro”, mas na beira do rio. Ressalta que a “boca da barra” mudou nesse período em que moram ali (desde que nasceu, há 42 anos), mostrando a dinâmica das condições naturais no local (ponto de vistoria 6). Outro morador entrevistado na Boca da Barra é recente no local. O senhor Fernando Alves Passos mora há 6 anos no sítio de Mateus Clarindo, e nunca ouviu falar de possíveis vestígios arqueológicos na região (ponto de vistoria 7). No entorno de sua residência, há vestígios malacológicos recentes (*ostrea*) (**Foto 2.4.2.5-3 e Foto 2.4.2.5-4**)



**Foto 2.4.2.5-3** - Mangue na Boca da Barra, próximo à residência do Sr. Fernando Passos.



**Foto 2.4.2.5-4:** Vestígios malcológicos contemporâneos.

Na localidade de Barreira, comunidade de Cairu, na porção norte da margem leste do Cricaré, foi entrevistado o Sr. Jose de Souza Lopes (ponto de vistoria 8). Nunca encontrou possíveis vestígios arqueológicos, mas “os meninos” já encontraram moedas antigas junto à escola, na beira do rio. Sua avó, Maria Auxiliadora Clarindo (**Foto 2.4.2.5-5**), ficou com uma das moedas. Idosa, disse ter 64 anos, mas outros informaram ter mais de 76 e sofrer de Alzheimer, aparentando mais idade. Apesar da dificuldade em articular as respostas a entrevistas, ela informou que na beira do rio se encontrava muita coisa de barro, como “panelas”, mas a “maré” carregou tudo, derrubou até a casa dela. Possivelmente se refere a alteração da boca da barra, que teria destruído o assentamento anterior. Mostrou a moeda encontrada próximo a escola, com 3,5 centímetros de diâmetro e a representação de uma coroa e a inscrição “XL 1799” na face em que também há “MARIA I D G PET BRASILI (*ilegível*) NA”. Na face oposta, há a representação de um globo inscrição “CIRCUMIT ORBEM PECUNI (*ilegível*) TUM”. (**Foto 2.4.2.5-6** e **Foto 2.4.2.5-7**)



**Foto 2.4.2.5-5:** D. Maria Auxiliadora, moradora de Cairu, em Barreiras, e familiares.



**Foto 2.4.2.5-6:** Moeda encontrada em Barreiras – face da coroa.



**Foto 2.4.2.5-7:** Moeda encontrada em Barreiras – face do globo.

Foi efetuada vistoria de superfície no local onde as moedas foram encontradas, em barranco entre a escola e o mangue, sendo observado lixo recente, restos de telha e fragmentos de vidro. Provisoriamente registrada como ocorrência histórica “Barreiras”, é um local a ser melhor investigado, com intervenções de sub-superfície, a fim de confirmar a existência de sítio arqueológico. Corresponde ao ponto vistoriado 9, coordenadas UTM 421274 / 7940414 (*datum* WGS 84). (**Foto 2.4.2.5-8**, **Foto 2.4.2.5-9** e **Foto 2.4.2.5-10**):



**Foto 2.4.2.5-8:** *Vistoria no barranco do rio, junto à comunidade de Cairu.*



**Foto 2.4.2.5-9:** Vista da escola em direção ao mangue, onde foram encontradas moedas do século XVIII.



**Foto 2.4.2.5-10:** Vistoria de superfície no barranco junto ao mangue.

Na comunidade de Meleiras (ponto de vistoria 11), o Sr. Alaécio Santos Batista (**Foto 2.4.2.5-11**), nascido e criado no local, informou sobre um sítio arqueológico ainda não registrado na comunidade. Mostrou fotos de fragmentos cerâmicos encontrados três ou quatro meses atrás no terreno que “Leandro” cuida, aproximadamente 400 metros ao norte de sua

casa. São fragmentos de cerâmica arqueológica, aparentemente com decoração plástica entre o pescoço e a borda. Não permitiu cópia das fotos, por não ter a autorização do Leandro.

Não soube informar o sobrenome do Leandro, e disse que ele não estaria no momento, apenas no final de semana. Dessa forma, não poderíamos ver o local. Segundo ele, foram também encontrados 16 dentes junto das “panelas”, e que deveria ser uma “moradia de índios ou padres”. Segundo o sr. Alaécio, as comunidades de Barreiras e Meleiras são muito antigas, a primeira possivelmente remonta a 300 anos, e a segunda um pouco mais nova. Essa informação é pertinente, ainda que o local do assentamento tenha mudado, uma vez que corresponde a ocupação junto à foz de um rio importante.

O Sr. Benedito Serafim, morador de Meleiras há mais de 50 anos (ponto de vistoria 12), informou já ter ouvido falar de “pedaços de panela”, mas nunca viu. O Pai de criação, já falecido, saberia (**Foto 2.4.2.5-12**).



**Foto 2.4.2.5-11:** Sr. Alaécio e esposa, em sua casa em Meleiras.



**Foto 2.4.2.5-12** - Casa tradicional em Meleiras, de Benedito Serafim.

Ao longo da margem leste do rio são observados diversos sítios, com plantios de coco e pastos, mas também diversos fragmentos de mata. No local indicado para o sítio arqueológico Mamoeiro (**Foto 2.4.2.5-13**) (ponto de vistoria 13, sítio 32), há pastagem, paleolaguna e coqueiral, correspondendo a descrição na ficha de registro. Não há, entretanto, loteamento, o que pode corresponder a um erro de preenchimento na ficha, ou o uso de diferentes *datum* para localização do sítio.

O morador próximo encontrado foi o Sr. Lenito Endringer de Freitas, proprietário da Fazenda Paraíso desde 1996. Lembra de ter ocorrido vistoria de arqueologia há cerca de 10 anos, o que corresponde a época de registro do sítio (2002), mas não soube de terem sido encontrados vestígios em seu terreno. A propriedade em frente ao seu, onde há o coqueiral, era de Racini Frizera, um dos proprietários indicados na ficha de registro do sítio Mamoeiro, que vendeu para indústria de coco. O outro proprietário que aparece na ficha, Jorge Rodrigues Gomes, é seu vizinho ao sul, já falecido, ficando o terreno para seus herdeiros.

Sobre o nome do sítio, Mamoeiro, desconhece algum local com esse nome por ali. Entretanto, encontrou “corisco” em sua propriedade há uns 4 anos, uma pedra que não ocorre na região, e que “é muito boa para amolar facas”, mantendo-a junto da churrasqueira, estando por isso queimada. Observada a peça, corresponde a um artefato polido fragmentado, possivelmente em gnaisse, cilíndrico, com cerca de 6,5 centímetros de diâmetro. O comprimento atual é de aproximadamente 6 centímetros, mas está fragmentado nas duas extremidades (**Foto 2.4.2.5-14**)



**Foto 2.4.2.5-13** - Local indicado pelas coordenadas da ficha de registro para o sítio Mamoeiro.



**Foto 2.4.2.5-14:** Artefato lítico polido fragmentado, encontrado pelo Sr. Lenito.

D. Penha, viúva do Sr. Jorge, soube ter sido encontrado pedaços de panelas de barro, mas nunca viu. Moradora do local há 50 anos, disse que o barro da beira do rio é bom para fazer estuque. Não soube dizer de pesquisas arqueológicas realizadas ali, mas informou que o nome da Fazenda é Paraíso Mamoeiro. É possível, então, que o sítio esteja mais ao sul do que o local indicado pelas coordenadas, talvez por diferença nos *datum* utilizados. A casa da D. Penha está no local indicado pelo ponto de vistoria 16.

O acesso aos sítios arqueológicos Areal 1 e 2 (sítios 21 e 22) está na altura do ponto vistoriado 14 (**Foto 2.4.2.5-15** e **Foto 2.4.2.5-16**). Não foi possível ir até o local, por só haver crianças na casa, sem adultos que autorizassem a entrada no terreno. Considerando a possibilidade que, assim como ocorrido com o sítio Mamoeiro, o sítio Areal estivesse mais ao sul, buscou-se informação com vizinhos. Um lavrador em terreno vizinho, Arnaldo, que é de Nova Venécia e novato na região, trabalhando no terreno de Roque Silvestre há apenas 4 meses. O “Areal” que conhece é mais ao sul, apesar de não haver mais extração de areia, no terreno do “Espanhol”.

O local indicado por Arnaldo está logo após o limite da APA, correspondendo a descrição da ficha de registro de sítio arqueológico, assim como o apelido de “Espanhol” é condizente com o nome do proprietário constante na ficha, Angel Hoyos de Celis. Assim, da mesma forma que o ocorrido no Mamoeiro, os sítios estão provalmente mais ao sul, no local do ponto vistoriado 15, e nesse caso, fora dos limites da APA.



**Foto 2.4.2.5-15** - Direção do local indicado pelas coordenadas para os sítios Areal 1 e 2.



**Foto 2.4.2.5-16** - Vista do local provável dos sítios Areal 1 e 2, segundo informações obtidas

A vistoria na parte oeste da APA se iniciou pelo limite com a estrada velha São Mateus Conceição da Barra (ponto vistoriado 17), atualmente ocupada por silvicultura de eucalipto. Esse cenário se mantém também no ponto 18, onde há acesso para o interior da APA, seguindo em direção à margem esquerda do Cricaré, e para o sul da APA. Daí até o ponto 20 observa-se solo arenoso friável, com vegetação de restinga baixa e mata galeria junto ao rio. Em diversos pontos há sinais de retirada de areia (**Foto 2.4.2.5-17**), não sendo encontrados moradores. Próximo ao ponto vistoriado 21, há pastagens, mesmo ambiente em que está o ponto indicado para o sítio Quadrado (**Foto 2.4.2.5-18**) (sítio ponto 35, ponto vistoriado 22). No local indicado, não há indícios de extração de areia ou poço de petróleo, apenas pecuária, com curral próximo. Novamente, considera-se a possibilidade de diferença pelo *datum* utilizado.

O Sr. Manoel Oliveira, morador da região há apenas 3 meses, confirmou ser esse terreno de Nilton Roncetti, que consta como um dos proprietários na ficha de registro de sítio. Os demais são vizinhos, ao sul Sérgio Beltrame e ao norte Eurípedes Quartezani.



**Foto 2.4.2.5-17** - Vista ponto 20, com indícios de extração de areia.



**Foto 2.4.2.5-18** - Local indicado pelas coordenadas para o sítio Quadrado, ponto 22.

Nessa área parecem predominar grandes fazendas dedicadas a pecuária, com poucos moradores, alternando-se áreas de pastagem e mata de restinga. Com isso, há poucas casas de moradores, dificilmente encontrados por estarem envolvidos em suas tarefas. O acesso aos sítios Fazenda Morcego (**Foto 2.4.2.5-19**) (sítio nº 24) e Seu Tutu (nº 37) não foi possível, por

estar a área alagada, não sendo encontrados moradores próximos que confirmassem o proprietário do terreno ou indicassem caminhos alternativos (**Foto 2.4.2.5-20**).

Na extremidade sul da APA, lado oeste, há a comunidade de Lage, onde foi entrevistado o Sr. Vadenilson Serafim (**Foto 2.4.2.5-21**). Morador do local há cerca de 30 anos, nunca encontrou possíveis vestígios arqueológicos, mas já ouviu falar de terem sido encontradas “painéis de índio” no “Quadrado” ou no “São Jorge”, o que corresponde a sítios arqueológicos registrados.



**Foto 2.4.2.5-19** - Vista do ponto 25 em direção ao sítio Fazenda Morcego. Observar desnível em relação à planície fluvial alagada.



**Foto 2.4.2.5-20** - Mata de restinga próxima a lagoa, ponto 26.



**Foto 2.4.2.5-21**: Casa do Sr. Vadenilson, em Lage, ponto vistoriado 28.

A vistoria foi concluída pela extremidade norte da APA, formada principalmente pelo manguezal, e dessa forma, sem moradores que pudessem fornecer informações. Nos limites há aglomerados urbanizados, mais difíceis de obter informações, tanto pelo menor contato dos moradores atualmente com a terra, como pela maior desconfiança. Nessa área, se destaca a antiga comunidade de Santana. Os moradores foram pouco receptivos a entrevistas, sendo reticentes em indicar quem pudesse fornecer informações. A Sr<sup>a</sup>. Jurema da Conceição

Gonçalves indicou como local de possíveis vestígios a comunidade de Linharinho, e como informante potencial D. Miúda, também dessa comunidade distante da APA. Os moradores antigos de Santana que poderiam informar sobre possíveis vestígios já seriam falecidos. Em seguida, encontra-se nos limites da APA a área urbana da sede do município de Conceição da Barra (**Foto 2.4.2.5-22**, **Foto 2.4.2.5-23** e **Foto 2.4.2.5-24**).



**Foto 2.4.2.5-22:** Igreja em Santana, extremidade norte da APA, ponto 31.



**Foto 2.4.2.5-23:** Mangue na extremidade norte da APA, limite com área urbana, ponto vistoriado 33.



**Foto 2.4.2.5-24:** Vista da foz do rio Cricaré a partir do ponto 35, com manguezal ao fundo.

**Tabela 2.4.2.5-1 - Sítios arqueológicos georeferenciados, registrados no município de Conceição da Barra.**

| Nº | Sítio          | Coord. X | Coord. Y | Obs. |
|----|----------------|----------|----------|------|
| 1  | Josevaldo      | 415315   | 7938598  |      |
| 2  | Roda D'Água    | 416203   | 7941396  |      |
| 3  | Lagoa Sapucaia | 403377   | 7946743  |      |
| 4  | Ad-01          | 422797   | 7952590  |      |
| 5  | MX-01          | 423041   | 7955622  |      |
| 6  | Ni-01          | 423133   | 7956168  |      |
| 7  | Pe-01          | 424278   | 7958638  |      |
| 8  | Ta-01          | 425950   | 7963193  |      |
| 9  | It-03          | 426003   | 7963324  |      |
| 10 | ES-SM-2        | 426012   | 7963504  |      |
| 11 | It-01          | 426045   | 7963779  |      |
| 12 | It-02          | 426045   | 7963779  |      |
| 13 | Bb-01          | 427336   | 7967014  |      |
| 14 | Bb-02          | 427396   | 7967430  |      |
| 15 | Bb-04          | 427387   | 7967482  |      |
| 16 | Ri-02          | 417467   | 7967742  |      |
| 17 | Bb-03          | 427628   | 7967776  |      |
| 18 | Ri-03          | 418087   | 7968395  |      |
| 19 | Ar-01          | 419042   | 7968887  |      |
| 20 | RD-01          | 429192   | 7971147  |      |

| Nº | Sítio                 | Coord. X | Coord. Y | Obs.                        |
|----|-----------------------|----------|----------|-----------------------------|
| 21 | Areal 1               | 419098   | 7931686  | Próximo limite sul da APA   |
| 22 | Areal 2               | 419148   | 7931786  | Próximo limite sul da APA   |
| 23 | Fazenda Furado        | 417449   | 7933585  | APA                         |
| 24 | Fazenda Morcego       | 417149   | 7934185  | APA                         |
| 25 | Edinardo              | 413501   | 7939684  |                             |
| 26 | Fazenda Belém 1 e 2   | 421596   | 7956229  |                             |
| 27 | Geraldo Azevedo       | 411802   | 7937083  |                             |
| 28 | Gonzagão              | 415751   | 7939887  |                             |
| 29 | Gonzaguinha           | 416700   | 7937984  |                             |
| 30 | Lagoa do COCB         | 405427   | 7944718  |                             |
| 31 | Linhaquinho           | 416163   | 7952326  |                             |
| 32 | Mamoero               | 419299   | 7932987  | APA                         |
| 33 | Marcelo Nova          | 416149   | 7940483  |                             |
| 34 | Moendas               | 417099   | 7937684  | Próximo limite oeste da APA |
| 35 | Quadrado              | 418248   | 7939383  | APA                         |
| 36 | Raul Seixas           | 411601   | 7938184  |                             |
| 37 | Seu Tutu              | 418748   | 7935585  | APA                         |
| 38 | Tom Zé                | 412150   | 7940283  |                             |
| 39 | Zé Geraldo            | 414599   | 7940484  |                             |
| 40 | Zé Ramalho            | 414449   | 7937483  |                             |
| 41 | Sapucaia              | 402420   | 7945017  |                             |
| 42 | Cemitério Linhaquinho | 416560   | 7948441  |                             |
| 43 | Beira Rio             | 412499   | 7934385  |                             |
| 44 | ES-LI-5               | 416231   | 7930501  |                             |
| 45 | ES-LI-31              | 412692   | 7933643  |                             |

**Tabela 2.4.2.5-2 - Pontos vistoriados na APA Conceição da Barra.**

| Nº | X      | Y       | OBS                            |
|----|--------|---------|--------------------------------|
| 1  | 421223 | 7931620 |                                |
| 2  | 421398 | 7934025 | Restinga junto à praia         |
| 3  | 421743 | 7937062 |                                |
| 4  | 421884 | 7937791 | Casa veraneio fechada          |
| 5  | 422412 | 7940204 |                                |
| 6  | 422593 | 7941504 | Pontal do Sul - Boca da Barra  |
| 7  | 422322 | 7941593 | Sítio de Mateus Clarindo       |
| 8  | 421287 | 7941123 | Barreira - Cairu               |
| 9  | 421274 | 7940414 | Barreira - escola - ocorrência |
| 10 | 420747 | 7939325 | Mata alta de restinga          |
| 11 | 419950 | 7937559 | Meleiras - próximo ocorrência  |
| 12 | 419544 | 7936422 | Meleiras - casa antiga         |

| Nº | X      | Y       | OBS   |
|----|--------|---------|---|
| 13 | 419267 | 7932966 | Sítio Mamoeiro - próx. coords. ficha e ocorrência lítico polido |
| 14 | 419371 | 7931747 | Acesso Sítios Areal 1 e 2 - próx. coords. fichas                |
| 15 | 419272 | 7931332 | Local do antigo Areal - possível local dos sítios Areal 1 e 2   |
| 16 | 419384 | 7932613 | Fazenda Paraíso Mamoeiro - possível local sítio Mamoeiro        |
| 17 | 417267 | 7942943 | Limite oeste APA - estrada velha São Mateus - Conc. Barra       |
| 18 | 418815 | 7944681 | Acesso APA a partir estrada velha São Mateus - Conc. Barra      |
| 19 | 419460 | 7943318 | Areal   |
| 20 | 419043 | 7942343 |   |
| 21 | 418930 | 7941065 | Pasto   |
| 22 | 418327 | 7939357 | Sítio Quadrado - próx. coords. ficha                            |
| 23 | 417280 | 7936696 | Mata de restinga  |
| 24 | 417030 | 7934584 | Pasto   |
| 25 | 416968 | 7934175 | Acesso Sítio Fazenda Morcego - próx. coords. fichas             |
| 26 | 416408 | 7933331 | Mata de restinga  |
| 27 | 416614 | 7931613 | Lage - pasto e coco   |
| 28 | 416263 | 7931254 | Lage - Valdenilson Serafim                                      |
| 29 | 415535 | 7932115 | Limite platô e planície alagável                                |
| 30 | 414175 | 7933372 | Limite oeste APA - sul  |
| 31 | 420145 | 7946452 | Santana   |
| 32 | 421656 | 7946641 | Limite NE da APA - área urbana                                  |
| 33 | 422201 | 7945246 | Limite N da APA - junto mangue                                  |
| 34 | 422525 | 7944003 | cais dos pescadores   |
| 35 | 422824 | 7943764 | casas antigas   |
| 36 | 423084 | 7943776 | farol   |

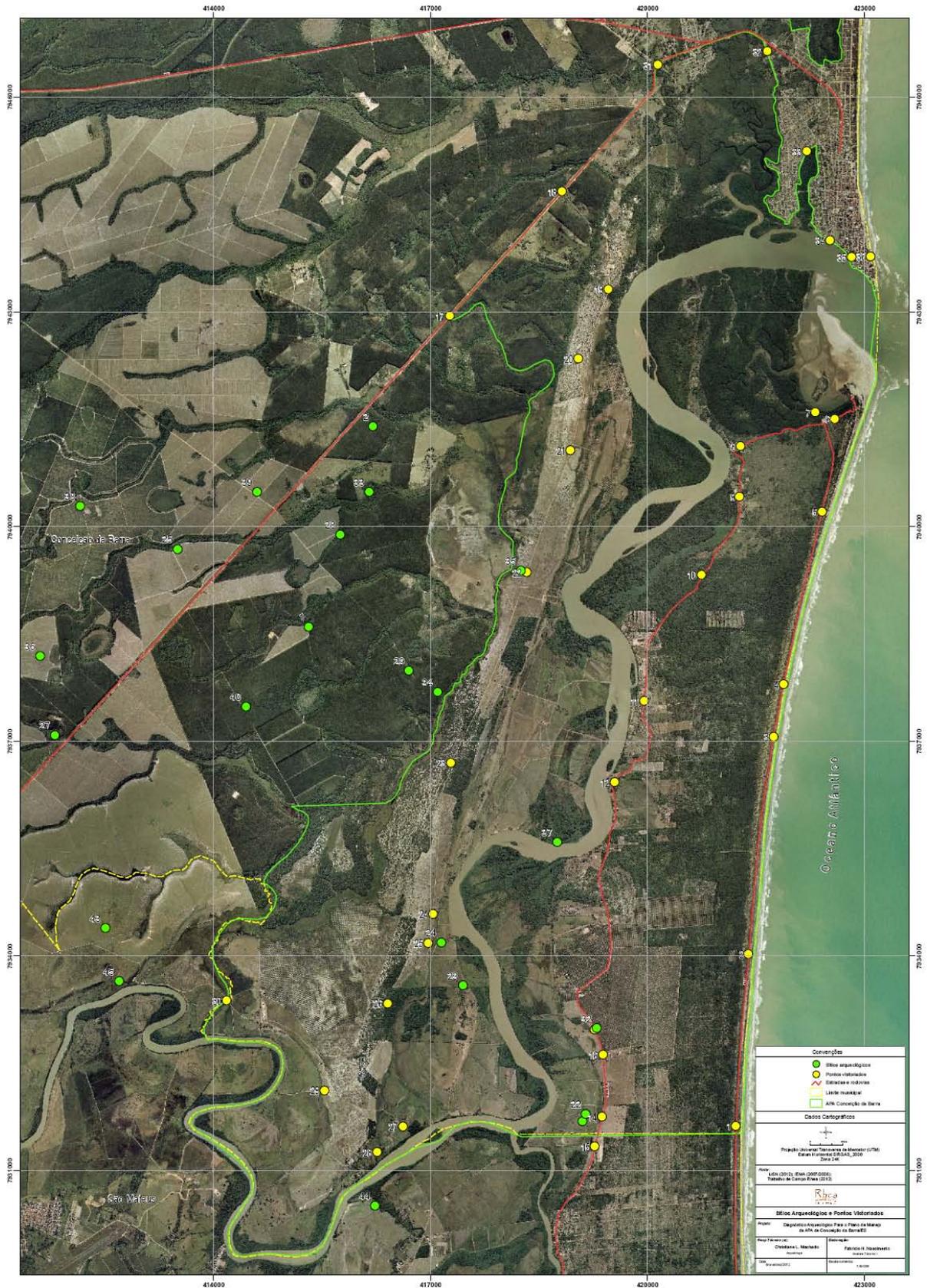


Figura 2.4.2.5-1 - Sítios arqueológicos registrados na APA e arredores, e pontos visitados.

### **2.4.2.6 – Sugestões de Manejo**

Os sítios arqueológicos, conforme definido pela legislação vigente, são patrimônio nacional e devem ser protegidos de interferências, mesmo aqueles ainda desconhecidos. Dessa forma, não são permitidas alterações nos mesmos, exceto se consideradas justificadas, sendo para isso necessário obter anuência prévia do IPHAN.

Além da prospecção arqueológica prévia a qualquer intervenção na área da APA e entorno, devem ser efetuadas ações de educação patrimonial junto aos moradores e proprietários de terras, informando-os do patrimônio ali existente, legislação de proteção e cuidados necessários.

### **2.4.2.7 Programas Ambientais**

Considerando a aplicação de programas futuros de manejo na APA, visando o ordenamento das intervenções necessárias ao eficaz funcionamento da unidade, recomenda-se como programa de pesquisa de caráter arqueológico, a intensificação dos trabalhos para localização precisa e delimitação dos sítios já registrados, assim como avaliação das condições atuais dos mesmos. O registro de novos sítios na área da APA e seu entorno deve ser efetuado, havendo informações mencionadas no item **2.4.2.5**, obtidas em entrevistas durante o presente trabalho.

De forma a prevenir impactos sobre os sítios arqueológicos, qualquer empreendimento, independente de suas dimensões, que venha a alterar o uso do solo atual, deve ser precedido de prospecção arqueológica em sua área diretamente afetada, evitando-se que sítios ainda desconhecidos venham a ser impactados. Inclui-se aqui a necessidade de prospecção prévia a implantação de estradas ou outros equipamentos necessários a própria manutenção da APA.

O monitoramento arqueológico deve ser realizado por especialista, em caso de intervenções necessárias nas proximidades de sítio arqueológico já registrado. Ressalte-se que tanto a prospecção quanto o monitoramento devido a intervenções devem ser previamente autorizadas pelo IPHAN.

Atividades de Educação Patrimonial devem ser efetuadas sempre que forem realizados projetos de prospecção e / ou monitoramento arqueológico, com os funcionários que irão realizar as intervenções na área. Essa medida visa esclarecer sobre a importância de proteção a esse patrimônio, a legislação específica, evitando-se danos ao mesmo pelas equipes atuantes no local.

Além disso, atividades de Educação Patrimonial devem ser efetuadas de forma continuada com moradores e proprietários na APA, podendo ser associada a atividades de Educação Ambiental. Uma parceria com escolas da região é desejada, sendo o objetivo principal difundir o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico regional, despertando sobre sua importância e necessidade de preservá-lo.

### 2.4.2.8 – Considerações Finais

Os estudos já efetuados demonstram o alto potencial arqueológico da região, com diversos sítios já registrados, seis deles possivelmente na APA: Mamoeiro (nº 32), Fazenda Morcego (nº 23), Fazenda Furado (nº 24), Quadrado (nº 35) e Seu Tutu (nº 37). O sítio Moendas (nº 34) também deve estar na APA, apesar de pelo mapa elaborado estar fora, ainda que próximo. Além de ter sido registrado na ficha de sítio que se encontra na APA, é possível que haja uma distorção entre os pontos indicados e sua localização real, possivelmente devido ao uso de diferentes *datum* pelo pesquisador responsável pelo registro e pelo plano de manejo. Deve ser destacado que o *datum* utilizado não é informado na ficha de registro. Pelo mesmo motivo, os sítios Areal 1 (nº 21) e Areal 2 (nº 22), indicados no limite sul da APA, devem estar fora da mesma.

As novas informações obtidas durante a vistoria de campo reforçam a significância arqueológica da região. A ocorrência de Barreiras possivelmente corresponde a um sítio histórico e a de Meleiras, a um sítio cerâmico pré-histórico. Além desses, há a ocorrência lítica observada na Fazenda Paraíso, que pode estar ou não relacionada ao sítio Mamoeiro. Esses locais são indicados para intensificação das pesquisas arqueológicas, para confirmar ou não o registro como novos sítios.

O processo de destruição dos sítios arqueológicos é intenso. Os mesmos atrativos encontrados pelo homem pré-histórico para se fixar em um local, como variedade de recursos alimentares, disponibilidade de água potável e acessibilidade, foram também buscados pelos colonizadores de origem européia. Com isso, muitos assentamentos posteriores se deram em locais anteriormente habitados pelas populações nativas. A expansão do povoamento agravou o processo de destruição de sítios arqueológicos.

Nota-se uma diferença no perfil de ocupação das diferentes áreas da APA: comunidades tradicionais na margem direita, perto da foz; grandes fazendas na margem oeste; área urbanizada junto ao limite da extremidade norte. As comunidades mais antigas observadas estão em locais, não por coincidência, com grande potencial para ocorrência de sítios, próximas a foz do rio. Por outro lado, tanto as alterações naturais ocorridas ao longo do tempo, quanto às ocupações recentes, podem levar a perturbação ou mesmo destruição dos assentamentos mais antigos.

Por ser uma Unidade de Conservação, torna-se ainda mais significativo garantir a proteção dos sítios já registrados, e implementar programas que levem ao registro de novos sítios, tanto pela observação da legislação já existente, quanto pela adoção dos programas recomendados.